ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Relatório de Atividades

Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens

XIII Legislatura

2ª Sessão Legislativa

Coordenador do Grupo de Trabalho: Deputado Pedro Pimpão

Relatório de Atividades aprovado na reunião da Comissão de Educação e Ciência, de 18 de Julho de 2017

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO

MANDATO DO GRUPO DE TRABALHO

II. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA
a) Participação das escolas
b) Participação das escolas dos círculos da Europa e de Fora da Europa
c) Sessões escolares
d) Sessões distritais/regionais
e) Sessões nacionais
f) Comunicação do programa
g) Alterações introduzidas na edição 2015/2016
h) Relatórios dos professores e entidades parceiras: principais dificuldades apontadas

III. PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
a) Sessões escolares
b) Sessões distritais/regionais
c) Sessões nacionais

IV. PROPOSTAS DE TEMAS EM DEBATE NA EDIÇÃO 2017/2018

V. CONCLUSÕES

I. Introdução

O Programa "Parlamento dos Jovens" é uma iniciativa institucional da Assembleia da República que data de 1995, e a edição 2016-2017 assinalou o 40.º aniversário da Constituição da República Portuguesa, lançando um desafio a alunos e professores para que explorassem o texto fundador da nossa democracia fazendo da presente edição do programa um grande debate sobre os direitos e os deveres consagrados na Constituição e sobre a organização económica e política do país.

Esta iniciativa é desenvolvida em parceria com o Ministério da Educação e Ciência, através das respetivas Direções de Serviços Regionais; a Secretaria de Estado do Desporto e Juventude, através do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ, I.P.) e as Secretarias Regionais que tutelam as áreas da educação e da juventude nos Açores e na Madeira.

O programa dirige-se a jovens dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário e desenvolve-se ao longo do ano escolar, terminando com as Sessões Nacionais que se realizam na Assembleia da República.

Regista-se, ainda, que o Gabinete do Parlamento Europeu é parceiro da Assembleia da República e do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. na organização do concurso Euroscola que se articula com o Parlamento dos Jovens do Ensino Secundário.

É competência da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura definir, anualmente, as orientações deste programa que tem como objetivos:

- Educar para a cidadania, estimulando o gosto pela participação cívica e política;
- Dar a conhecer a Assembleia da República e as regras do debate parlamentar;
- Promover o debate democrático, o respeito pela diversidade de opiniões e pelas regras de formação das decisões;
- Incentivar a reflexão e debate sobre um tema, definido anualmente;
- Proporcionar a experiência de participação em processos eleitorais;
- Estimular a capacidade de expressão e argumentação.

O Regimento do Programa inspira-se nas regras de funcionamento do Regimento da Assembleia da República, respeitando-se a autonomia dos jovens em todas as fases do projeto.

Os Temas escolhidos e em debate no ano letivo 2016-2017 foram:

- Ensino Básico – Os Jovens e a Constituição: tens uma palavra a dizer!
- Ensino Secundário – A Constituição que temos, a Constituição que queremos: desafios ao poder local.

Mandato do Grupo de Trabalho

- Acompanhamento e organização do programa, designadamente a coordenação da participação dos Deputados nas diversas fases;
- Apresentação de relatório com propostas de melhoria do programa.

Constituição do Grupo de Trabalho

Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens		
PSD	**Dep. Pedro Pimpão**	**Coordenador**
PSD	Dep. Emília Santos	
PS	Dep. Diogo Leão	
CDS/PP	Dep. Ilda Araújo Novo	
PCP	Dep. Ana Mesquita	
BE	Dep. Luís Monteiro	

II. Desenvolvimento do Programa - EDIÇÃO 2016/2017

No que respeita a este tópico, a informação aqui registada é retirada na íntegra do relatório de execução promovido pela equipa técnica do Parlamento dos Jovens - coordenado pela Dra Marlene Viegas - que desenvolveu um trabalho dedicado na preparação e implementação da presente edição deste programa.

a) Participação das escolas

A presente edição do Parlamento dos Jovens teve o seu lançamento oficial no dia 24 de agosto com a abertura do período de inscrição das escolas, processo que decorreu até 26 de outubro.

No total, registaram a sua inscrição nesta edição 892 estabelecimentos de ensino, o segundo número mais elevado de inscrições no programa, ainda que, relativamente à edição passada, haja a assinalar um decréscimo de 45 escolas. Inscreveram-se 454 escolas na sessão do ensino básico e 438 na do ensino secundário.

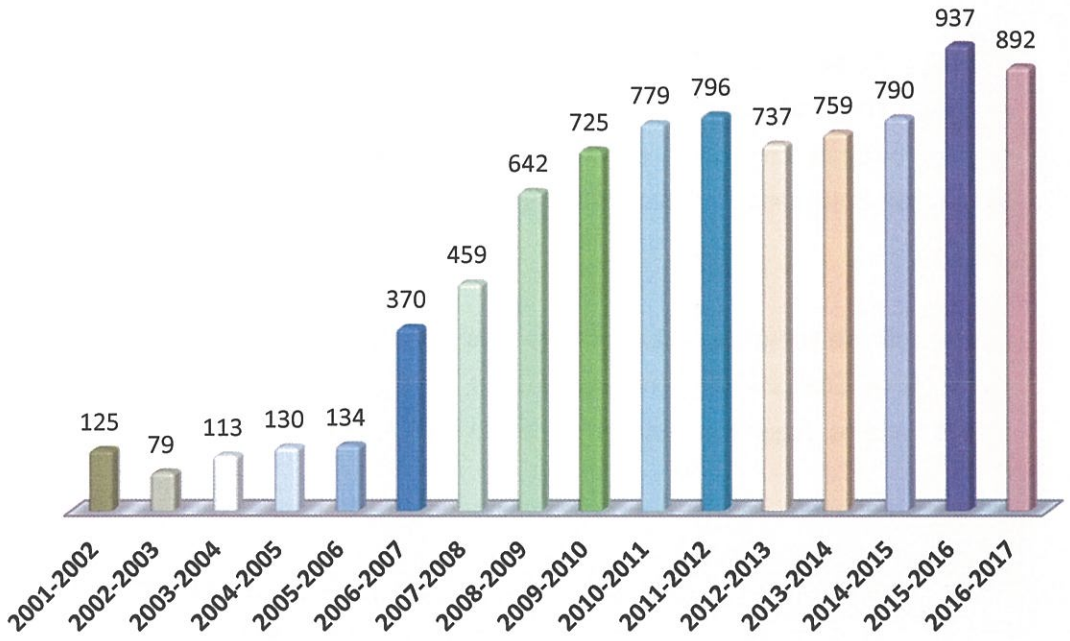

Gráfico 1 – Evolução do número de inscrições no Parlamento dos Jovens desde 2001, ano em que o programa foi alargado também ao ensino secundário.

Os fatores que contribuíram para esta considerável adesão das escolas ao programa Parlamento dos Jovens foram:

i. Uma política de comunicação mais assertiva, melhorando a visibilidade do programa através da presença do programa nas redes sociais, nomeadamente com a criação de uma conta no Instagram, além da já existente no Facebook e a transmissão de um anúncio institucional na RTP, na RTP Internacional e no Canal Parlamento;

ii. O apoio incondicional dos parceiros institucionais do programa em todas as etapas do programa, mas sobretudo o seu empenho no contacto com as escolas no início do ano letivo, apelando à sua participação, e na organização de sessões de esclarecimento;

iii. O envolvimento de toda a comunidade educativa, muito em particular as direções das escolas e os professores, que reconhecem o potencial do programa no enriquecimento do currículo escolar;

iv. A divulgação feita por participantes em anteriores edições, que são fortes aliados na multiplicação de informação sobre o programa nas escolas e fonte de inspiração para os seus colegas, com quem partilham as suas próprias experiências e se mostram determinados em renovar a sua participação em cada edição;

v. A realização de ações de esclarecimento e de promoção *in loco*, no início do ano letivo, por parte da Equipa Parlamento dos Jovens, junto das escolas dos círculos que, em anos anteriores, registavam baixos índices de participação no programa.

No ano letivo em análise, os círculos com registos mais expressivos nas inscrições foram Porto, Braga, Aveiro, Açores e Lisboa, em linha com as anteriores edições, assinalando-se a tendência de crescimento do círculo de Lisboa que, ao contrário do que sucedeu em praticamente todos os círculos, este ano voltou a aumentar o número de escolas inscritas.

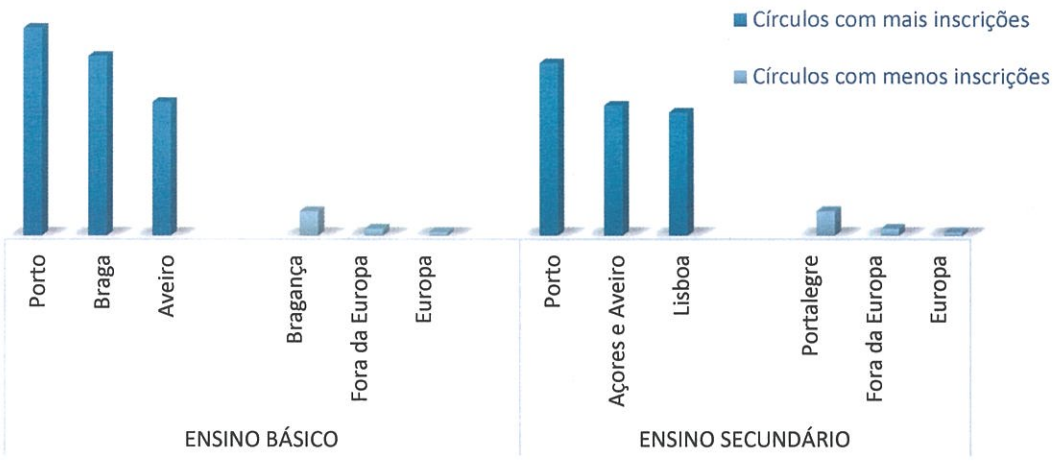

Gráfico 2 – Registo dos círculos com maior e menor número de inscrições em 2016/2017

No que diz respeito aos círculos com menor participação, o gráfico acima evidencia que não houve grandes alterações relativamente à edição anterior: Europa, Fora da Europa, Bragança e Portalegre registaram entre uma e sete escolas inscritas.

Sobre este aspeto, continuamos a considerar que, no caso particular dos distritos de Bragança e Portalegre, mesmo atendendo ao facto de o número total de escolas existentes nestes distritos ser, desde logo, um fator limitativo de um maior crescimento no número de inscrições, poderão sempre ser realizadas ações de esclarecimento e de promoção a nível local, pela Equipa Parlamento dos Jovens, à semelhança do que tem sido feito no distrito de Faro nas duas últimas edições, com resultados muito positivos (ou seja, além de se inscreverem mais escolas, tem-se conseguido atrair a participação de novos estabelecimentos de ensino neste distrito).

Os círculos da Europa e de Fora da Europa, que se tinham destacado na edição anterior ao registarem o maior número de escolas inscritas desde sempre por estes círculos, voltaram, este ano, a reduzir significativamente a sua participação, o que se justificará, em parte, pela dificuldade em motivar os alunos para os temas em debate nesta edição, mas também pelo caráter extracurricular do Ensino do Português no Estrangeiro, com uma menor periodicidade de aulas, a que acresce a dificuldade ou impossibilidade de interação interturmas, desmotivando as escolas a inscrever-se. Na próxima edição, a Equipa Parlamento dos Jovens reforçará, junto da Direção-Geral de Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, o

pedido de ampla divulgação do programa na rede de embaixadas e consulados, bem como junto das Coordenações de Ensino de Português no Estrangeiro.

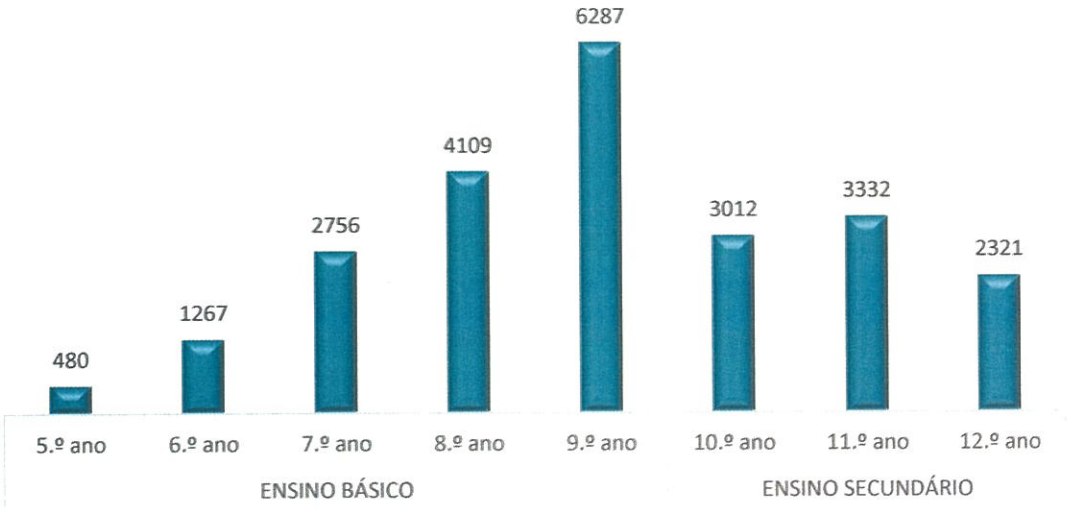

Gráfico 3 – Número de alunos participantes nas listas eleitorais por ano de escolaridade na edição 2016/2017

O gráfico 3 mostra o número de alunos participantes nas listas eleitorais por ano de escolaridade na atual edição, num total de 23 564 candidatos.

À semelhança do ano passado, 70% dos alunos que participaram na edição do ensino básico frequentam o 8.º e 9.º anos de escolaridade, na sua maioria jovens entre os 13 e os 14 anos; no caso do ensino secundário, 73% dos alunos são do 10.º e 11.º anos, com idades entre os 15 e os 17 anos.

A menor incidência de alunos do 2.º ciclo na edição do ensino básico, em particular do 5.º ano de escolaridade, é uma tendência que tem sido recorrente e estará relacionada essencialmente com dois fatores:

- A complexidade dos procedimentos regimentais associados a uma linguagem muito técnica e conceptual;
- A escolha de temáticas menos ajustadas ao currículo deste nível de ensino. Nesta edição do programa, por exemplo, o número de alunos do 5.º ano sofreu uma quebra de 45%, passando de 873 participantes em 2015/2016 para 480 este ano.

Os relatórios dos professores são unânimes em apontar a escolha do tema desta edição como a maior dificuldade sentida na motivação dos alunos dos 5.º e 6.º anos. Os mesmos relatórios

voltam também a reiterar que as faixas etárias abrangidas pelo programa Parlamento dos Jovens na edição do ensino básico são demasiado vastas e muito díspares (dos 10 aos 15 anos, incluindo, por vezes, também alunos mais velhos, no caso da participação de escolas profissionais com ensino básico), notando-se grandes discrepâncias entre a prestação dos alunos mais novos e a dos mais velhos, sobretudo ao nível da maturidade dos conhecimentos e da autonomia na preparação dos trabalhos. Além da simplificação de algumas ações, da linguagem e das normas regimentais que facilitem o envolvimento dos alunos mais novos (a que já se tinha aludido no relatório anterior e que tem vindo a ser feita paulatinamente), será também importante refletir-se sobre a possibilidade de criação de uma edição autónoma e simplificada do Parlamento dos Jovens para o 2.º ciclo, que eventualmente pudesse decorrer em paralelo com a edição do 3.º ciclo, com eventual confluência na sessão nacional.

No que respeita ao ensino secundário, o menor número de participantes do 12.º ano terá que ver com o facto de se tratar de um ano de especial rigor e de concentração nos objetivos académicos, nomeadamente para os alunos que pretendem continuar os estudos no ensino superior.

O último aspeto a ser considerado neste ponto do relatório diz respeito às desistências e exclusões de escolas em diferentes etapas do programa.

Nesta edição, cessaram a sua participação, por desistência ou exclusão, 63 escolas do ensino básico e 59 do ensino secundário, o que significa mais 27% de desistências do que na edição anterior.

São várias as circunstâncias que podem motivar a desistência ou exclusão de uma escola do programa, algumas recorrentes de ano para ano, como elencado abaixo, destacando-se:

- Dificuldades decorrentes do tema escolhido para debate;
- Número insuficiente de alunos para a formação de listas para participação no processo eleitoral na escola;
- Desinteresse dos alunos pelo programa perante a concorrência de outros projetos com prémios de participação aliciantes;
- Falta de disponibilidade dos docentes e/ou alunos em prosseguir no programa dada a intensa atividade resultante do envolvimento simultâneo em projetos escolares diversos e igualmente exigentes;
- Exclusão por incumprimento das regras do programa, sob proposta das entidades parceiras.

Na edição 2016-2017, das 892 escolas inscritas nas duas edições do Parlamento dos Jovens, 768 cumpriram todos os objetivos do programa até ao final das sessões distritais/regionais, tendo sido eleitas 129 escolas para as sessões nacionais. Assinala-se, ainda, uma situação inédita com a desistência de duas escolas antes da sessão nacional, as quais foram atempadamente substituídas pelas respetivas escolas suplentes.

O quadro abaixo sintetiza os dados estatísticos gerais sobre a evolução da participação das escolas e dos alunos no programa nos últimos quatro anos. Os números são representativos do reconhecimento da importância que este projeto educativo mantém ao longo dos anos para a comunidade escolar, em particular no âmbito da transmissão de valores democráticos e no desenvolvimento de competências essenciais para a vivência de uma cidadania ativa e para a formação cívica dos jovens.

	ENSINO BÁSICO				ENSINO SECUNDÁRIO				TOTAIS Ensino Básico + Ensino Secundário			
Edição	***2013-2014***	***2014-2015***	***2015-2016***	***2016-2017***	***2013-2014***	***2014-2015***	***2015-2016***	***2016-2017***	***2013-2014***	***2014-2015***	***2015-2016***	***2016-2017***
Escolas inscritas	367	398	479	454	392	392	458	438	759	790	937	892
Turmas envolvidas	1812	2139	2493	2718	1820	1998	2064	1832	3632	4137	4557	4550
Participantes nas listas eleitorais	13554	14997	18745	14899	10684	9580	11282	8665	24238	24577	30027	23564
Votantes: eleições sessões escolares	84052	87092	105943	94796	60566	59674	68360	63612	144618	146766	174303	158408
Deputados eleitos: sessões escolares	6543	7440	9112	7874	5994	5797	6840	5775	12537	13237	15952	13649
Deputados eleitos: ses. distritais/regionais	1123	1291	1445	1357	1252	1272	1377	1314	2375	2563	2822	2671
Escolas eleitas: sessão nacional	62	63	64	64	65	65	65	65	127	128	129	129
Deputados eleitos: sessão nacional	124	126	128	128	130	130	130	130	254	256	258	258

Quadro 1 – Evolução da participação de escolas e alunos no Parlamento dos Jovens: 2012-2017

b) Participação das escolas dos círculos da Europa e de Fora da Europa

Depois de uma participação ímpar na história do Parlamento dos Jovens na edição passada, os círculos da Europa e de Fora da Europa regressaram, este ano, aos valores de 2014/2015, com um total de seis escolas inscritas.

Na sessão do ensino básico, inscreveram-se uma instituição de ensino pelo círculo da Europa – Cycle d'Orientation des Voirets, Suíça – e duas pelo círculo de Fora da Europa – Escola Portuguesa Ruy Cinatti, Timor-Leste, e Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe. Esta última, contudo, desistiu durante o período das sessões escolares.

No caso do ensino secundário, também se inscreveram uma escola pelo círculo da Europa – Highlands College, Ilha de Jersey – e duas pelo círculo de Fora da Europa, as mesmas da sessão do ensino básico – Escola Portuguesa Ruy Cinatti, Timor-Leste, e Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe. A escola da Ilha de Jersey e o Cycle d'Orientation des Voirets foram uma estreia no programa, enquanto São Tomé e Príncipe registou a sua segunda participação. Já a escola de Timor-Leste tem tido presenças mais assíduas no Parlamento dos Jovens.

Algumas dificuldades na abordagem do tema desta edição, que também consta destes relatórios, poderão ter estado na origem desta menor participação, ainda que deva ser salientado que, no caso de Timor-Leste, pelo contrário, o debate foi considerado muito oportuno, no momento em que o país discute o processo de municipalização.

Nas sessões nacionais na Assembleia da República, estiveram presentes, por deliberação do Júri Nacional do Parlamento dos Jovens, a escola Cycle d'Orientations des Voirets e a Escola Portuguesa Ruy Cinatti na sessão do ensino básico; e o Highlands College e a Escola Portuguesa Ruy Cinatti na sessão do ensino secundário. O Júri teve em consideração a avaliação do trabalho desenvolvido nas escolas, os relatórios dos professores coordenadores, o princípio da alternância e a representatividade da comunidade portuguesa no respetivo país. Apesar de não ter sido selecionada para estar presente na sessão nacional, o Júri enalteceu a importância da participação da Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe e encorajou a sua permanência em futuras edições, na expetativa de que a experiência entretanto adquirida permita aperfeiçoar o trabalho realizado.

Procurando responder a algumas dificuldades reportadas em anos anteriores, sobretudo dada a especificidade da rede escolar de Ensino do Português no Estrangeiro, a Equipa Parlamento dos Jovens preparou, nesta edição, um guia exclusivo para estas escolas, com uma síntese das regras do programa e as adaptações que lhes são necessariamente aplicáveis. Esta medida, juntamente com o apoio constante da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e

Comunidades Portuguesas (DGACCP) e da rede de embaixadas e consulados portugueses, foi fundamental para uma melhor preparação dos professores.

Apesar da diminuição registada, se tivermos em consideração que antes de 2014 a média era entre uma e duas escolas inscritas por estes círculos, a participação destas seis escolas continua a constituir um importante marco. A relevância que o Parlamento dos Jovens mantém para as comunidades escolares de ensino de português no estrangeiro continua a ser reiterada quer pelos docentes, quer pela DGACCP, que considera o desenvolvimento desta iniciativa nestas escolas como fundamental na aproximação dos alunos à história, cultura e língua portuguesas.

c) Sessões escolares

A etapa das sessões escolares inicia-se com a inscrição das escolas, seguindo-se a fase de debates, eleições e realização das sessões escolares que terminaram a 31 de janeiro. O processo eleitoral mobilizou mais de 158 400 alunos, tendo sido eleitos 13649 deputados para as sessões escolares.

A organização desta fase é assegurada essencialmente pela direção das escolas e pelos professores coordenadores, apoiados pelos parceiros institucionais do Parlamento dos Jovens. As novas formas de comunicação do programa, nomeadamente através da presença nas redes sociais, têm permitido à Equipa Parlamento dos Jovens acompanhar mais de perto o desenrolar desta etapa e interagir diretamente com alunos e professores, para esclarecimento de dúvidas.

A realização de debates nas escolas com a presença de Deputados da Assembleia da República é um dos pontos altos desta fase do programa, com ainda maior relevância este ano, na medida em que, em muitos casos, foram estes debates que ajudaram a direcionar o trabalho dos jovens sobre o tema.

d) Sessões distritais/regionais

Entre 20 de fevereiro e 21 de março realizaram-se 40 sessões distritais e regionais, com a participação de 2671 jovens deputados dos dois níveis de ensino. À semelhança da fase

escolar, também esta contou com a presença de Deputados da AR e de várias entidades locais e regionais, tendo as sessões sido apoiadas, neste caso, por 33 funcionários parlamentares[1].

A organização local destas sessões é da responsabilidade das Direções de Serviços Regionais da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e das Direções Regionais do Instituto Português do Desporto e Juventude, no Continente, e das Assembleias Legislativas e Direções Regionais de Educação e de Juventude nas Regiões Autónomas.

Continua a ser digna de registo a inestimável dedicação de todas as entidades parceiras, em particular os técnicos e coordenadores regionais, na complexa e exigente organização desta fase do programa, assegurando quase sempre toda a logística relacionada com as refeições e o transporte dos participantes e professores acompanhantes, bem como a realização prévia da reunião de eleição da Mesa da sessão. Não obstante, considerando algumas questões suscitadas na presente edição em sessões do ensino secundário dos distritos de Beja, Santarém e Vila Real, como sejam a interferência direta dos professores durante a reunião e alguma inexperiência no planeamento das sessões e na melhor preparação dos membros da Mesa, reconhece-se a necessidade de ser feito um acompanhamento mais próximo e assíduo destas sessões.

Merece ainda especial menção o apoio prestado pelas autarquias e outras instituições locais nas deslocações e na cedência de espaços para a organização das sessões em alguns círculos.

O elevado número de escolas que chegou à fase das sessões distritais em alguns círculos, como é o caso do Porto ou de Braga, continua a merecer especial atenção. Na edição passada, a título experimental, as sessões do Porto foram realizadas em dois dias, com resultados bastante positivos, o que levou a que fosse ponderada esta solução para os distritos do Porto e de Braga este ano. Porém, o desdobramento de sessões apenas foi considerado para a edição do ensino básico no Porto (a que tinha maior número de escolas a participar), não só porque esta possibilidade representa um maior esforço logístico e mais encargos financeiros, a serem suportados pelas entidades parceiras, mas também por sujeitar alunos e professores a uma ausência mais prolongada da escola. Como forma de obviar esta última dificuldade, no caso do Porto, foi sugerida a divisão do distrito em dois – Porto oriental e Porto ocidental –, hipótese que carece de avaliação conjunta mais cuidada, motivo pelo qual será abordada na reunião de coordenação com as entidades parceiras do Parlamento dos Jovens, em setembro próximo.

[1] O aumento significativo do número de funcionários parlamentares no apoio às sessões distritais/regionais deveu-se ao facto de ter sido dada oportunidade a um grupo de novos funcionários, recentemente ingressados na AR, de conhecerem melhor o programa e de poderem vir a colaborar no apoio às suas várias etapas.

e) Sessões nacionais

Nesta edição, as sessões nacionais do Parlamento dos Jovens decorreram nos dias 8 e 9 de maio no caso do ensino secundário, e 22 e 23 de maio no do ensino básico.

À semelhança do ano anterior, foram eleitas para participar na fase final do programa 64 escolas do ensino básico, com 128 deputados, e 65 escolas do ensino secundário, com 130 deputados. Participaram também na sessão do ensino básico, como convidados, dois alunos do Centro Educativo dos Olivais, de Coimbra, e dois alunos do Centro Educativo Navarro de Paiva, de Lisboa.

Como habitualmente, os trabalhos no Palácio de São Bento foram organizados em dois dias, sendo o primeiro destinado às reuniões das Comissões e o segundo dedicado à Sessão Plenária, em que, após um período de perguntas aos Deputados da Assembleia da República, os jovens debateram e aprovaram as duas Recomendações finais sobre os temas de cada uma das edições: "Os Jovens e a Constituição: tens uma palavra a dizer!" e "A Constituição que temos, a Constituição que queremos: desafios ao poder local".

À semelhança do ano anterior, os plenários do Parlamento dos Jovens estiveram previstos para a Sala das Sessões. No entanto, por motivo de alterações na calendarização dos trabalhos parlamentares, foram agendadas reuniões plenárias nas mesmas datas das duas sessões nacionais, o que levou à necessidade de alteração dos trabalhos do Parlamento dos Jovens para a Sala do Senado, inviabilizando-se, assim, a presença de grupos de escolas e de familiares dos participantes, que se tinham mobilizado para vir assistir aos trabalhos. Apesar desta alteração imprevista, considera-se que, de futuro, deverá ser mantida a intenção de realização das reuniões plenárias do Parlamento dos Jovens na Sala das Sessões, na medida em que tal constitui um estímulo adicional à participação das escolas, é um fator de motivação para os jovens deputados e permite uma maior divulgação do programa pela possibilidade de assistência presencial a partir das galerias.

f) Divulgação do programa

A definição de um plano de comunicação do programa Parlamento dos Jovens continua a ser uma forte aposta da Equipa Parlamento dos Jovens em cada edição.

Depois da renovação da página Internet do programa concretizada em 2015, este ano teve lugar a restruturação de alguns dos seus conteúdos e a criação de novos, como foi o caso do guia de apoio para as escolas dos círculos da Europa e de Fora da Europa e a produção de dois filmes animados em que se transmitia, com uma linguagem adequada ao público juvenil, o

essencial sobre os procedimentos da primeira e da segunda etapas do Parlamento dos Jovens. Além de terem sido disponibilizados na página Internet e no Facebook do programa, estes filmes foram também enviados diretamente para as escolas para poderem ser apresentados e trabalhados pelos professores na sala de aula. O retorno que recebemos, quer através das redes sociais quer dos coordenadores do programa nas entidades parceiras da AR, foi muito positivo, resultando ambos os filmes em instrumentos práticos e apelativos para explicação dos procedimentos e das regras do Parlamento dos Jovens.

A página Internet continua a ser o principal repositório de informação sobre o programa, tendo sido registados 248 604 acessos entre agosto de 2016 e junho de 2017, número que está em linha com a tendência do ano anterior, em que se registou uma significativa diminuição nos acessos, que resultará de consultas e pesquisas mais imediatas e eficientes na sequência da restruturação da página e do recurso a outras plataformas de comunicação mais interativas a partir de 2015, como foi o caso do Facebook e dos contactos frequentes via mensagens de correio eletrónico.

A conta do Facebook do Parlamento dos Jovens tem atualmente mais de 2970 seguidores e continua a ser um canal privilegiado e imediato de diálogo e interação, sendo, porventura, aquele que mais potenciará a divulgação e multiplicação de informação sobre o programa, considerando o alcance das publicações e as interações registadas na página. Tal como referido anteriormente, a presença nas redes sociais foi, este ano, estendida também ao Instagram, onde se refletem as publicações do Facebook, entre outras, e se privilegia, mais uma vez, o contacto direto com os participantes, não obstante o número de seguidores até à data ser ainda residual: 108.

Nesta edição, manteve-se também a habitual distribuição de cartazes nas escolas de todo o país, bem como junto das embaixadas e consulados de Portugal e escolas de ensino de português no estrangeiro, com a colaboração das entidades parceiras. Foi também possível corresponder a um apelo frequente dos professores nos últimos anos, com a distribuição de Regimentos do programa em todas as escolas, em simultâneo com os cartazes.

Teve também um relevante impacto na divulgação do programa a criação de hiperligações para a página Internet do Parlamento dos Jovens nos sítios institucionais das entidades parceiras e de alguns estabelecimentos de ensino, assim como a transmissão de um anúncio institucional na RTP2, RTP Madeira, RTP Açores e RTP Internacional durante uma semana, entre 26 de setembro e 2 de outubro, em pleno período das inscrições. O mesmo anúncio foi ainda transmitido pelo Canal Parlamento. Além deste anúncio televisivo, e para a próxima

edição, está também a ser ponderada a possibilidade de produção de um anúncio radiofónico que possa ser transmitido nas rádios escolares.

As sessões nacionais foram objeto de uma divulgação dedicada, com a elaboração de notas à comunicação social, que resultaram na publicação de várias notícias em órgãos de âmbito nacional, como a Antena 1, o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias* e o *Público*, onde foi publicada uma reportagem de duas páginas. Também o Canal Parlamento fez a transmissão em direto ou em diferido, consoante os casos, das reuniões das comissões e do plenário de ambas as edições, ficando os vídeos disponíveis para consulta, bem como as duas reportagens produzidas sobre cada uma das sessões nacionais: ensino básico e ensino secundário.

Também as entidades parceiras e a própria comunidade escolar fizeram uma ampla promoção a nível local dos debates nas escolas e das sessões distritais/regionais, os quais são noticiados com frequência nas suas páginas e blogues, em *newsletters*, nos jornais e revistas escolares e nos órgãos de comunicação social locais/nacionais, de que são exemplo: *Açoriano Oriental*, *Correio dos Açores* e *Expresso do Oriente*. Também a Direção Regional do Centro do IPDJ manteve a prática de transmitir em direto as sessões distritais da região no respetivo portal, o que permitiu às escolas acompanhar de perto a prestação dos seus jovens deputados.

g) Alterações implementadas e previstas

De entre as várias ações implementadas ao longo do ano letivo, algumas das quais já mencionadas neste relatório, destacam-se, nesta edição:

- A preparação de um guia específico para apoiar a participação das escolas da Europa e de Fora da Europa;
- A disponibilização de um guião para a Mesa da Sessão Escolar;
- A apresentação de um novo Regulamento do Prémio Reportagem Parlamento dos Jovens;
- A produção de dois filmes animados sobre as sessões escolares e distritais/regionais;
- Algumas alterações ao Regimento das sessões do ensino básico e do ensino secundário do Parlamento dos Jovens;
- Durante a Sessão Nacional, passou a ser assegurada uma refeição leve à chegada dos participantes e foi alargada a distribuição dos lanches "portáteis", no final do segundo dia de trabalhos, aos professores acompanhantes (até ao momento, estes lanches apenas eram destinados aos jovens deputados e jornalistas).

Da edição anterior, mantiveram-se algumas boas práticas, como a criação do *kit* pedagógico do programa, com várias informações úteis, dicas para exploração dos temas e materiais de campanha, meios cujo interesse e utilidade têm sido muito elogiados por professores e parceiros.

Com base na experiência da atual edição, na sequência de uma análise cuidada aos relatórios das entidades parceiras e dos professores coordenadores e das sugestões apresentadas pelos funcionários da Assembleia da República que colaboram nas sessões distritais/regionais e nas sessões nacionais, sugerem-se em seguida algumas medidas que têm em vista esclarecer normas regimentais, aperfeiçoar procedimentos e melhorar a visibilidade do programa na próxima edição:

– no que se refere aos Regimentos:

a) prever uma idade limite para os alunos que participam em cada uma das sessões do Parlamento dos Jovens, sugerindo-se 16 anos no caso do ensino básico e 19 anos no caso do ensino secundário;
b) na sessão do ensino secundário, o Vice-Presidente e o Secretário da Mesa da Sessão Escolar deixam de ser designados pelo Presidente e passam a ser os dois candidatos mais votados na eleição para a Mesa, exceto nas situações em que apenas haja um candidato, caso em que os restantes membros devem, então, ser designados pelo Presidente eleito;
c) a apresentação de candidaturas à presidência da Mesa da sessão distrital/regional deve deixar de ser obrigatória, passando a ter caráter facultativo, mas ficando prevista uma alternativa de recurso para a eventualidade de, em determinado círculo, não se apresentarem quaisquer candidatos ou não haver um ou mais membros da Mesa para as funções de Vice-Presidente e Secretário;
d) nas sessões distritais/regionais, o tempo destinado à apresentação dos projetos de recomendação e ao debate deixa de ser global, passando a existir tempos definidos para cada um destes momentos, como forma de facilitar a gestão desta fase da sessão quer pela Mesa, quer pelos próprios jovens deputados;
e) aclarar o número máximo de propostas a apresentar no debate na especialidade das sessões distritais/regionais, devendo ser claro que apenas uma das propostas pode ser de eliminação e que as outras duas podem ser: ambas de alteração de redação, ambas de aditamento ou uma de alteração de redação e uma de aditamento;
f) explicitar o procedimento a seguir nas situações de empate na eleição das escolas para a sessão nacional, designadamente no caso de o empate ocorrer no apuramento da segunda escola suplente;

g) limitar o uso de telemóveis pelos deputados efetivos e suplentes, em particular durante as sessões distritais e regionais;

h) no regulamento das comissões da Sessão Nacional, durante a fase de debate na especialidade, se em qualquer votação ocorrer um empate, repete-se a votação. Se na votação de uma mesma medida houver dois empates consecutivos, o empate na segunda votação equivale a rejeição. Se na votação de medidas em alternativa houver dois empates consecutivos, o desempate é feito tendo em conta o maior número de listas no ato eleitoral ou a maior percentagem de votantes (relativamente ao número de eleitores inscritos), caso aquele número seja idêntico, nas escolas dos círculos em questão.

– nas deslocações para as sessões nacionais, está a ser avaliada a possibilidade de transporte dos participantes dos círculos do continente para a sessão nacional através da rede de comboios da CP, em alternativa aos autocarros, como forma de evitar atrasos prejudiciais ao cumprimento da agenda da sessão nacional e ao bom desempenho dos jovens;

– no mesmo contexto, e havendo provisão orçamental, será ainda ponderada a possibilidade de alojamento na véspera das sessões nacionais para os participantes que sejam obrigados a deslocações rodoviárias superiores a 6 horas de viagem;

– transformar os relatórios dos professores e parceiros em inquéritos *online*, tornando-os mais acessíveis e possibilitando a análise estatística da informação recolhida;

– criar um outro inquérito *online* para avaliação do programa pelos próprios jovens participantes nas sessões nacionais;

– produzir mais materiais de apoio para distribuir às escolas, nomeadamente urnas e boletins de voto;

– disponibilizar certificados de participação para distribuir aos deputados efetivos e suplentes eleitos às sessões distritais/regionais e aos deputados dos círculos da Europa e de Fora da Europa eleitos à sessão escolar;

– criar uma *newsletter*, com três edições ao longo do ano letivo, que contenha informação sobre os procedimentos das principais etapas do programa e notícias sobre a forma como o programa está a decorrer (ideia que já havia sido proposta no relatório anterior, mas que não foi possível desenvolver neste edição);

– produzir um anúncio rádiofónico a ser divulgado pelas escolas para eventual transmissão nas rádios escolares;

– ampliar a divulgação do programa também junto das associações de estudantes e associações de pais;

– produzir pequenos vídeos com excertos de sessões passadas e testemunhos de jovens deputados, como forma de estimular a participação das escolas no programa.

h) Relatórios dos professores e entidades parceiras: principais dificuldades apontadas

Ao longo deste documento foram sendo feitas referências a aspetos que, segundo os professores coordenadores e as entidades parceiras, deverão merecer particular consideração no futuro. Por isso, neste ponto, destacam-se outras questões referidas nas várias exposições recebidas pela Equipa Parlamento dos Jovens e que permanecem, no essencial, as mesmas que têm sido mencionadas em relatórios anteriores e que se reiteram em seguida:

– a dificuldade na conciliação das ações do programa com os horários e atividades letivas, por não existir uma área curricular não disciplinar onde o mesmo possa ser desenvolvido e pelo caráter facultativo da autonomização disciplinar da educação para cidadania. Daqui decorre um acréscimo significativo de horas não letivas, em período extraescolar, para professores e alunos se poderem dedicar à concretização do programa. Para tentar obviar esta situação, tem sido sugerido que as escolas interessadas em participar no programa o integrem formalmente no seu currículo escolar, no âmbito de uma disciplina obrigatória ou de uma componente curricular complementar, em função dos créditos letivos disponíveis para professores e alunos. Verifica-se, contudo, que esta possibilidade é adotada apenas em casos muito excecionais, dada a multiplicidade de projetos pedagógicos concorrentes, muitos dos quais com prémios de participação atrativos (como viagens, computadores, etc.), que não se coadunam, contudo, com as características e objetivos do Parlamento dos Jovens;

– a exigente calendarização do programa, nomeadamente na fase escolar, é referenciada como uma dificuldade acrescida para as escolas. Efetivamente, não há muita margem para se estender a fase da sessão escolar, considerando a impossibilidade de se realizarem debates nas escolas com a presença dos Deputados da AR em novembro e as limitações decorrentes do próprio calendário escolar;

– a burocracia inerente às várias fases do programa, com uma multiplicidade de formulários para preenchimento e sem possibilidade de a informação ficar agregada e disponível para consulta pelos professores coordenadores num acesso exclusivo. Apesar da insistência da Equipa Parlamento dos Jovens na necessidade de renovação da aplicação informática que suporta a gestão do programa, este projeto não tem sido considerado prioritário.

III. PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A participação dos Deputados da AR é muito valorizada e um importante incentivo nas várias etapas do Parlamento dos Jovens, designadamente nos debates nas escolas, nas sessões distritais e regionais, nas reuniões de comissões e no plenário das sessões nacionais.

Esta participação é coordenada pela Comissão de Educação e Ciência, em especial pelo Grupo de Trabalho – Parlamento dos Jovens.

a) Debates nas escolas

O calendário do Parlamento dos Jovens previu a realização de debates nas escolas entre novembro de 2016 e janeiro de 2017, tendo sido endereçados à AR 422 convites para participação dos Deputados nesta fase do programa, o que representa uma diminuição de 6,4% relativamente ao ano anterior e uma aproximação aos valores de 2014/2015.

Na sequência dos convites enviados, não se chegaram a realizar 64 debates, a maioria dos quais como consequência do cumprimento de três dias de luto nacional (9, 10 e 11 de janeiro), pela morte do antigo Presidente da República Mário Soares, o que levou ao reagendamento de cerca de 130 debates, não tendo, contudo, sido possível conciliar novas datas para todas as escolas. Dada a importância que os debates com Deputados têm no programa, a impossibilidade da sua realização acabou por se refletir, em alguns casos, numa maior desmotivação dos jovens e professores nesta edição, muito pelo facto de terem depositado nestes encontros a expetativa de poderem esclarecer dúvidas e procurar orientação para o desafio que estava a ser a abordagem do tema desta edição.

No total, tiveram lugar 358 debates nas escolas com a presença de Deputados, menos 73 do que na edição passada.

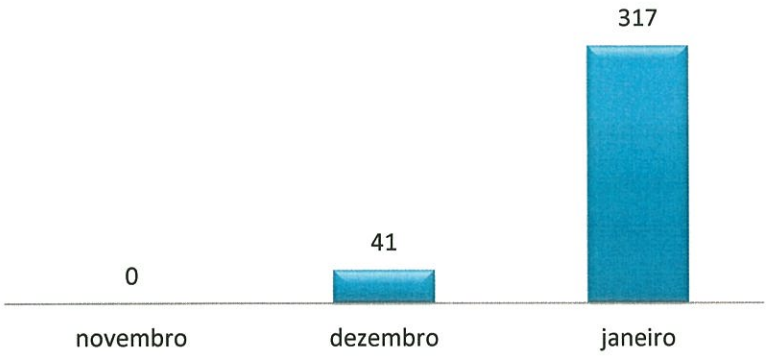

Gráfico 4 – Número de debates com Deputados nas escolas por meses

Como o gráfico acima demonstra, apesar do recorrente pedido das escolas para realização de debates a partir de novembro, não tem sido possível corresponder a esta solicitação pelo facto de, neste mês, ainda estar em curso o processo de discussão e votação do Orçamento do

Estado. Como resultado, mantém-se a excessiva concentração de debates das sessões escolares em janeiro, com alterações imprevistas e frequentes, de difícil gestão, que muitas vezes inviabilizam a concretização dos mesmos.

No caso das escolas da Europa e de Fora da Europa, não foi possível assegurar nenhum debate na fase das sessões escolares. Como forma de apelar a um maior envolvimento dos jovens portugueses e luso-descendentes no programa, seria muito benéfico poder voltar a assegurar-se a presença de Deputados da AR também nas sessões escolares destes círculos.

b) Sessões distritais/regionais

Como habitualmente, realizaram-se 40 sessões distritais e regionais, entre 20 de fevereiro e 21 de março, tendo os Deputados marcado presença em praticamente todas elas, registando-se apenas uma ausência.

c) Sessões nacionais

Na fase final do programa Parlamento dos Jovens, os Deputados estiveram presentes nas oito reuniões de comissões e no período de perguntas das duas reuniões plenárias (considerando a edição do ensino básico e a do ensino secundário).

O quadro abaixo sintetiza os números da participação dos Deputados ao longo da edição 2016/2017 do Parlamento dos Jovens:

FASES | DEP.	PSD	PS	BE	CDS-PP	PCP	PEV	TOTAIS
Debates nas escolas	152	130	25	21	30	3	361
Sessões Distritais/Regionais	16	16	3	3	2	0	40
Sessões Nacionais	7	6	3	4	4	4	28

Quadro 2 – Participação dos Deputados no Parlamento dos Jovens 2016/2017

IV. PROPOSTAS DE TEMAS EM DEBATE NA EDIÇÃO 2016/2017

A escolha dos temas a propor para debate na edição seguinte do Parlamento dos Jovens começa por ser feita pelos alunos no contexto das sessões escolares. As propostas são depois votadas nas sessões distritais/regionais, resultando na seleção de um tema por círculo. O conjunto dos temas aprovados constam em anexo ao presente relatório, sendo ora colocados à consideração da Comissão de Educação e Ciência[2].

Da análise das várias propostas, e no que respeita ao ensino básico, a temática da igualdade de género/direitos das mulheres é proposta por quatro círculos, seguindo-se os temas relacionados com educação (sugerido por dois círculos) e com violência (também apresentada por dois círculos).

No ensino secundário, as escolhas dos jovens são coincidentes com as do ensino básico, recaindo essencialmente sobre as mesmas matérias, ou seja, a igualdade de género, que reuniu o consenso de seis círculos, a educação em Portugal e a eutanásia, temas indicados por três círculos *ex aequo*.

Refira-se que, além dos temas propostos pelos jovens, o ano passado foi feita uma abordagem, a título meramente informal, pela Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, sugerindo a possibilidade de o tema do mar poder vir a ser debatido no âmbito do Parlamento dos Jovens. Já este ano, a Confederação da Indústria Portuguesa também manifestou interesse em se associar ao programa, tendo proposto que pudessem ser trabalhadas temáticas relacionadas com empreendedorismo, empresas e associativismo empresarial.

Nas várias edições do programa, tem-se verificado que a escolha dos temas é decisiva para o comprometimento da comunidade escolar e para a motivação e o envolvimento dos alunos no programa. Por isso, quanto mais próxima dos interesses dos alunos for a temática, quanto mais transversais no currículo escolar forem as matérias, maior será certamente a sua motivação e interesse em participar nesta iniciativa.

Também é essencial ser ponderada a adequação do tema à realidade das escolas dos círculos da Europa e de Fora da Europa, pelo que deverá estar presente a preocupação de encontrar afinidades entre a temática do programa e os contextos sociais, culturais, geográficos, etc. em que o debate terá lugar na diáspora.

[2] Também em anexo junta-se a lista dos temas em debate desde 1995 até à última edição.

Perante o exposto, a Equipa Parlamento dos Jovens, tendo em consideração a faixa etária dos alunos, a evidente preocupação e interesse dos jovens pelas temáticas, o facto de se tratar de temas inéditos relativamente a anteriores edições do programa e a transversalidade curricular dos mesmos, sugere o lançamento de um debate sobre a igualdade de género para o ensino básico e sobre a eutanásia para o ensino secundário.

Na eventualidade de se ponderar a opção por um tema proposto por terceiros, o tema do mar e da literacia dos oceanos, a ser explorado em todas as suas dimensões, seria certamente bem enquadrado pelo ensino básico, podendo, neste caso, optar-se pelo debate sobre a igualdade de género no ensino secundário.

ANEXO 1

PROPOSTAS DE TEMAS PARA A EDIÇÃO 2017-2018

ENSINO BÁSICO

CÍRCULO	TEMA	Obs.
AÇORES	Alterações climáticas	A temática do ambiente e da sua preservação esteve em debate em 2002, 2003 e 2008
AVEIRO	Direito à vida, aborto e eutanásia	
BEJA	Direitos das Mulheres	
BRAGA	Sobrecarga escolar	
BRAGANÇA	Carta de condução aos 16 anos	
CASTELO BRANCO	Combate ao despovoamento do interior do país	Proposta próxima da temática de 2016 sobre as assimetrias litoral/interior (ens. secundário)
COIMBRA	Contra a homofobia (LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgéneros, Transexuais e Simpatizantes)	Proposta próxima da temática de 2016 sobre racismo, preconceito e discriminação
EUROPA	Comunidades Portuguesas: Portugal no Mundo	

ÉVORA	*Bullying* é violência	Tema debatido em 2011: Violência em meio escolar
FARO	Educação em Portugal	Tema 2005: Educação, formação e emprego Tema 2015: Combate ao insucesso escolar e Ensino Público e Privado: que desafios?
FORA DA EUROPA	Tecnologia	
GUARDA	Violência na adolescência	Tema debatido em 2011: Violência em meio escolar
LEIRIA	Metas curriculares	Tema 2005: Educação, formação e emprego Tema 2015: Combate ao insucesso escolar e Ensino Público e Privado: que desafios?
LISBOA	A Escola que temos e a Escola que queremos	Tema 2005: Educação, formação e emprego Tema 2015: Combate ao insucesso escolar e Ensino Público e Privado: que desafios?
MADEIRA	Como minimizar os problemas humanos na sociedade de hoje: a miséria, a ignorância, a insegurança social, a violência urbana, a desigualdade de poderes e direitos, corrupção e degradação ambiental	
PORTALEGRE	Os refugiados e os direitos humanos	
PORTO	Depressão na adolescência	Tema debatido em 2011: Violência em meio escolar
SANTARÉM	Igualdade de género	
SETÚBAL	Donald Trump – que futuro?	
VIANA DO CASTELO	A justiça que temos e a justiça que precisamos	
VILA REAL	Desigualdade de géneros	

VISEU	Mulheres, Direitos Humanos e Igualdade de Género	

PROPOSTAS DE TEMAS PARA A EDIÇÃO 2017-2018

ENSINO SECUNDÁRIO

CÍRCULO	TEMA	Obs.
AÇORES	Corrupção em Portugal	
AVEIRO	Eutanásia	
BEJA	Igualdade de Género	
BRAGA	Eutanásia – Sim ou nem por isso?	
BRAGANÇA	Igualdade de Género	
CASTELO BRANCO	União Europeia: o Terrorismo condiciona a nossa liberdade?	
COIMBRA	Desigualdade de Género	
EUROPA	A importância da Língua Portuguesa no mundo moderno	Tema 2006: Minha pátria é a Língua Portuguesa
ÉVORA	Igualdade de género	
FARO	A Educação em Portugal	Tema 2005: Educação, formação e emprego Tema 2015: Combate ao insucesso escolar e Ensino Público e Privado: que desafios?
FORA DA EUROPA	O papel de Portugal no reforço da língua portuguesa no Mundo e no desenvolvimento da CPLP	Tema 2006: Minha pátria é a Língua Portuguesa
GUARDA	Combater a desigualdade entre géneros	
LEIRIA	Portugal e o Turismo – que futuro?	
LISBOA	Sistema de Educação Português	Tema 2005: Educação, formação e emprego Tema 2015: Combate ao insucesso escolar e Ensino Público e Privado:

		que desafios?
MADEIRA	A Educação em Portugal – como modernizá-la e adequá-la aos alunos de hoje	Tema 2005: Educação, formação e emprego Tema 2015: Combate ao insucesso escolar e Ensino Público e Privado: que desafios?
PORTALEGRE	Aumentar a natalidade: Que medidas?	
PORTO	Futuro dos jovens: emigração?	Tema 2013: Os jovens e o emprego: que futuro?
SANTARÉM	Refugiados – Integração ou Exclusão?	
SETÚBAL	Terrorismo: Segurança vs. Privacidade	
VIANA DO CASTELO	Refugiados	
VILA REAL	Desigualdade de géneros	
VISEU	A Eutanásia	

ANEXO 2

TEMAS EM DEBATE 1995-2016

Ano das sessões nacionais	TEMA Ensino básico	TEMA Ensino Secundário
1995	"A paz e o papel determinante das crianças na sua constituição" e "O respeito de opinião"	–

1996	"Os direitos da criança e a sociedade"	–
1997	"Direitos da Criança e do Jovem"	–
1998	"Carta dos Direitos e Deveres dos Alunos"	–
1999	"O valor da liberdade: o regime democrático e o desenvolvimento do país"	–
2000	"A escola do século XXI", "A sociedade de informação e a formação dos jovens" e "Que perspetivas para os jovens portugueses no início do novo século"	–
2001	"Investimento do Governo nas gerações jovens"	"O alargamento da União Europeia e a federação de Estados"
2002	"Família", "Território português" e "Ambiente"	"A influência da comunicação social na sociedade" e "A política de juventude na sociedade de informação e do conhecimento"
2003	"O ambiente em debate"	"A organização do poder político", "A participação política dos cidadãos", "Os órgãos de soberania" e "A Assembleia da República"
2004	"A importância do desporto escolar a nível local, nacional e europeu"	"A construção da Europa: propostas para promover a cidadania europeia"
2005	"Educação, formação, emprego"	"Responsabilidade social dos jovens na prevenção de comportamentos de risco"
2006	"Educação e cidadania para a segurança rodoviária"	"Minha pátria é a língua portuguesa"
2007	"Impacto da televisão junto dos jovens"	"Insucesso e abandono escolar"
2008	"Energias alternativas e preservação do ambiente"	"União Europeia: participação, desafios, oportunidades"

2009	"Alimentação e saúde"	"Participação cívica dos jovens"
2010	"Educação sexual"	"A República faz 100 anos"
2011	"Violência em meio escolar"	"Que futuro para a educação"
2012	"Redes sociais: combate à discriminação"	"Redes sociais: participação e cidadania"
2013	"Ultrapassar a crise"	"Os jovens e o emprego: que futuro?"
2014	"Drogas: evitar e enfrentar dependências"	"Crise demográfica: emigração, natalidade, envelhecimento"
2015	"Combate ao insucesso escolar"	"Ensino público e privado: que desafios"
2016	"Racismo, preconceito, discriminação"	"Portugal: assimetrias litoral/interior. Que soluções?"
2017	"40 anos de Constituição da República Portuguesa Os Jovens e a Constituição: tens uma palavra a dizer!"	"40 anos de Constituição da República Portuguesa e do Poder Local A Constituição que temos, a Constituição que queremos: desafios ao poder local."

V. Conclusões

""40 anos de Constituição da República Portuguesa e do Poder Local" - o tema central da edição do Parlamento dos Jovens 2016/2017 assinalou o 40.º aniversário da Constituição da República Portuguesa ao lançar, a alunos e professores, o desafio de explorarem o texto fundador da nossa democracia. Foi sem dúvida um grande debate sobre os direitos e os deveres consagrados na Constituição e sobre a organização económica e política do país.

O número de escolas e jovens intervenientes mostra bem o sucesso do programa assim como a importância que este projeto educativo tem para a comunidade escolar, em particular no âmbito da transmissão de valores democráticos e no desenvolvimento de competências essenciais para a vivência de uma cidadania ativa e para a formação cívica dos jovens.

Foram várias as alterações implementadas ao longo desta sessão do Parlamento dos Jovens e com o intuito de aperfeiçoar procedimentos e melhorar a visibilidade do programa na próxima edição o presente documento indica sugestões que importa importante considerar.

O Programa "Parlamento dos Jovens", não teria sido possível sem o imprescindível contributo de todos os parceiros.

De registar a inestimável dedicação de professores, dirigentes das escolas, agrupamentos de escolas, técnicos e coordenadores regionais, o trabalho louvável da Equipa de Projeto, o empenho e a disponibilidade de todos os Grupos Parlamentares, o empenho e dedicação dos profissionais da Assembleia da República e, muito especialmente, dos deputados e o próprio Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Dr. Alexandre Quintanilha, todos indispensáveis para o sucesso desta edição do Programa.

Um agradecimento muito especial a todos os senhores deputados que se disponibilizaram para participar nas diversas fases desta edição do Programa e uma palavra especial para os membros do Grupo de Trabalho pelo espírito de compromisso e pela enorme compreensão e colaboração prestadas ao longo do desenrolar de todo o projeto.

Por último manifestar o desejo que este programa possa continuar a crescer e a impor-se cada vez mais no futuro, afirmando-se como um espaço privilegiado na construção de uma cidadania juvenil cada vez mais ativa e participativa, fundamental para o rejuvenescimento e evolução do nosso próprio regime democrático.

- Pedro Pimpão – Coordenador do GT (PSD)
- Emília Santos (PSD)
- Diogo Leão – (PS)
- Ilda Araújo Novo (CDS/PP)
- Ana Mesquita (PCP)
- Luís Monteiro (BE)

Assembleia da República, 17 de Julho de 2017.

O Coordenador do Grupo de Trabalho

(Pedro Pimpão)

Anexos

- Proposta de temas para a edição 2017/2018 do Parlamento dos Jovens;
- Temas em análise 1995 – 2017;
- Relatório sobre a execução do programa Parlamento dos Jovens em 2016/2017, da Coordenadora da Equipa Parlamento dos Jovens, Dra. Marlene Viegas.

ANEXO 1

PROPOSTAS DE TEMAS PARA A EDIÇÃO 2017-2018

ENSINO BÁSICO

CÍRCULO	TEMA	Obs.
AÇORES	Alterações climáticas	A temática do ambiente e da sua preservação esteve em debate em 2002, 2003 e 2008
AVEIRO	Direito à vida, aborto e eutanásia	
BEJA	Direitos das Mulheres	
BRAGA	Sobrecarga escolar	
BRAGANÇA	Carta de condução aos 16 anos	
CASTELO BRANCO	Combate ao despovoamento do interior do país	Proposta próxima da temática de 2016 sobre as assimetrias litoral/interior (ens. secundário)
COIMBRA	Contra a homofobia (LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgéneros, Transexuais e Simpatizantes)	Proposta próxima da temática de 2016 sobre racismo, preconceito e discriminação
EUROPA	Comunidades Portuguesas: Portugal no Mundo	
ÉVORA	*Bullying* é violência	Tema debatido em 2011: Violência em meio escolar
FARO	Educação em Portugal	Tema 2005: Educação, formação e emprego Tema 2015: Combate ao insucesso escolar e Ensino Público e Privado: que desafios?
FORA DA EUROPA	Tecnologia	
GUARDA	Violência na adolescência	Tema debatido em 2011: Violência em meio escolar

LEIRIA	Metas curriculares	Tema 2005: Educação, formação e emprego Tema 2015: Combate ao insucesso escolar e Ensino Público e Privado: que desafios?
LISBOA	A Escola que temos e a Escola que queremos	Tema 2005: Educação, formação e emprego Tema 2015: Combate ao insucesso escolar e Ensino Público e Privado: que desafios?
MADEIRA	Como minimizar os problemas humanos na sociedade de hoje: a miséria, a ignorância, a insegurança social, a violência urbana, a desigualdade de poderes e direitos, corrupção e degradação ambiental	
PORTALEGRE	Os refugiados e os direitos humanos	
PORTO	Depressão na adolescência	Tema debatido em 2011: Violência em meio escolar
SANTARÉM	Igualdade de género	
SETÚBAL	Donald Trump – que futuro?	
VIANA DO CASTELO	A justiça que temos e a justiça que precisamos	
VILA REAL	Desigualdade de géneros	
VISEU	Mulheres, Direitos Humanos e Igualdade de Género	

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

PROPOSTAS DE TEMAS PARA A EDIÇÃO 2017-2018

ENSINO SECUNDÁRIO

CÍRCULO	TEMA	Obs.
AÇORES	Corrupção em Portugal	
AVEIRO	Eutanásia	
BEJA	Igualdade de Género	
BRAGA	Eutanásia – Sim ou nem por isso?	
BRAGANÇA	Igualdade de Género	
CASTELO BRANCO	União Europeia: o Terrorismo condiciona a nossa liberdade?	
COIMBRA	Desigualdade de Género	
EUROPA	A importância da Língua Portuguesa no mundo moderno	Tema 2006: Minha pátria é a Língua Portuguesa
ÉVORA	Igualdade de género	
FARO	A Educação em Portugal	Tema 2005: Educação, formação e emprego Tema 2015: Combate ao insucesso escolar e Ensino Público e Privado: que desafios?
FORA DA EUROPA	O papel de Portugal no reforço da língua portuguesa no Mundo e no desenvolvimento da CPLP	Tema 2006: Minha pátria é a Língua Portuguesa
GUARDA	Combater a desigualdade entre géneros	
LEIRIA	Portugal e o Turismo – que futuro?	
LISBOA	Sistema de Educação Português	Tema 2005: Educação, formação e emprego Tema 2015: Combate ao insucesso escolar e Ensino Público e Privado: que desafios?
MADEIRA	A Educação em Portugal – como modernizá-la e adequá-la aos alunos de hoje	Tema 2005: Educação, formação e emprego Tema 2015: Combate ao insucesso

		escolar e Ensino Público e Privado: que desafios?
PORTALEGRE	Aumentar a natalidade: Que medidas?	
PORTO	Futuro dos jovens: emigração?	Tema 2013: Os jovens e o emprego: que futuro?
SANTARÉM	Refugiados – Integração ou Exclusão?	
SETÚBAL	Terrorismo: Segurança vs. Privacidade	
VIANA DO CASTELO	Refugiados	
VILA REAL	Desigualdade de géneros	
VISEU	A Eutanásia	

ANEXO 2

TEMAS EM DEBATE 1995-2016

Ano das sessões nacionais	TEMA Ensino básico	TEMA Ensino Secundário
1995	"A paz e o papel determinante das crianças na sua constituição" e "O respeito de opinião"	–
1996	"Os direitos da criança e a sociedade"	–
1997	"Direitos da Criança e do Jovem"	–
1998	"Carta dos Direitos e Deveres dos Alunos"	–
1999	"O valor da liberdade: o regime democrático e o desenvolvimento do país"	–
2000	"A escola do século XXI", "A sociedade de informação e a formação dos jovens" e "Que perspetivas para os jovens portugueses no início do novo	–

	século"	
2001	"Investimento do Governo nas gerações jovens"	"O alargamento da União Europeia e a federação de Estados"
2002	"Família", "Território português" e "Ambiente"	"A influência da comunicação social na sociedade" e "A política de juventude na sociedade de informação e do conhecimento"
2003	"O ambiente em debate"	"A organização do poder político", "A participação política dos cidadãos", "Os órgãos de soberania" e "A Assembleia da República"
2004	"A importância do desporto escolar a nível local, nacional e europeu"	"A construção da Europa: propostas para promover a cidadania europeia"
2005	"Educação, formação, emprego"	"Responsabilidade social dos jovens na prevenção de comportamentos de risco"
2006	"Educação e cidadania para a segurança rodoviária"	"Minha pátria é a língua portuguesa"
2007	"Impacto da televisão junto dos jovens"	"Insucesso e abandono escolar"
2008	"Energias alternativas e preservação do ambiente"	"União Europeia: participação, desafios, oportunidades"
2009	"Alimentação e saúde"	"Participação cívica dos jovens"
2010	"Educação sexual"	"A República faz 100 anos"
2011	"Violência em meio escolar"	"Que futuro para a educação"
2012	"Redes sociais: combate à discriminação"	"Redes sociais: participação e cidadania"
2013	"Ultrapassar a crise"	"Os jovens e o emprego: que futuro?"
2014	"Drogas: evitar e enfrentar dependências"	"Crise demográfica: emigração, natalidade, envelhecimento"
2015	"Combate ao insucesso escolar"	"Ensino público e privado: que desafios"

2016	"Racismo, preconceito, discriminação"	"Portugal: assimetrias litoral/interior. Que soluções?"
2017	"40 anos de Constituição da República Portuguesa Os Jovens e a Constituição: tens uma palavra a dizer!"	"40 anos de Constituição da República Portuguesa e do Poder Local A Constituição que temos, a Constituição que queremos: desafios ao poder local."